POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 1995 A 2011: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Autor: Ivani Ruela de Oliveira Silva
Instituição: Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro
Eixo Temático: Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica

Breve contexto das reformas do Estado brasileiro na década de 1990

No final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, configuraram-se novas políticas no âmbito educacional, resultantes não só de uma reestruturação neoliberal, mas também de "uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social" (GENTILI; SILVA, 1994, p. 13), para manutenção de velhas divisões, preocupadas em encontrar respostas à crise do capitalismo (FRIGOTTO, 1989).

A reforma do Estado tornou-se mais evidente a partir das eleições presidenciais de 1989. Nos anos 1990, criou-se o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE e, em paralelo com a conjuntura mundial, o Brasil se inseriu no neoliberalismo.

Para Gentili (1998, p.25), a proposta do neoliberalismo para a crise educacional "é resultado da combinação de uma dupla lógica: centralizadora do controle pedagógico - em nível curricular, de avaliação do sistema e de formação docente - e descentralizadora dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema".

Estudos feitos por O'Reilly e Muranaka (2007, p. 4) sobre o contexto das políticas de formação de professores implantadas no Brasil a partir da década de 1990 mostram que o Estado brasileiro "coloca o professor no centro do processo das reformas educacionais como o agente que pode contribuir de modo efetivo para o sucesso e o êxito das políticas de formação" e observam que essa convicção gera diversas medidas institucionais "que passam a direcionar o aprimoramento da educação acompanhadas de

instrumentos normatizadores, parâmetros/diretrizes/guias curriculares e da busca de indicadores de resultados centrados no conceito de competências" .

Principais reformas e políticas educacionais realizadas no Estado de São Paulo no período de 1995 a 2011

No Estado de São Paulo, o governo Mário Covas (1995-2001), tendo Rose Neubauer à frente da Secretaria de Estado da Educação, imprimiu novas regras de funcionamento e gestão, cujo pressuposto era dotar a administração de instrumentos eficazes para a implantação de uma nova política educacional. Deste modo, em 1995 publicou um comunicado da pasta da Educação contendo as diretrizes educacionais da nova administração da educação para o quadriênio 1995-1998. Estas diretrizes resultaram em várias ações, tais como: extinção da *Escola Padrão*[1] e de órgãos intermediários, como as Diretorias Regionais de Ensino (DREs); redução do número das Diretorias de Ensino (antes chamadas Delegacias de Ensino); reorganização da rede de ensino; diminuição do número de classes por escola; ampliação da jornada inicial de trabalho docente; adoção de medidas compensatórias como as de correção de fluxo escolar; introdução de um sistema unificado de avaliação escolar externa e descentralização das ações de formação continuada de educadores.

A partir de meados dos anos 1990, a citada Secretaria de Estado da Educação introduziu em sua rede de ensino o *Circuito Gestão* e o *Progestão*[2]*,* e em 2003, criou a *Teia do Saber e a Rede do* Saber, tendo sido esta última incorporada pela recém-criada Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo[3] no ano de 2009.

Concomitantemente aos processos citados acima, dezenas de outras ações de formação continuada foram realizadas pelas Oficinas Pedagógicas das Diretorias de ensino que, até o ano de 2007, eram compostas por Assistentes Técnico-Pedagógicos (ATPs)[4] e, no caso, específico da Diretoria de Ensino da Região de Americana, coordenada por um supervisor de ensino. Consistiam basicamente em encontros, cursos, exposições, oficinas

.

participativas e palestras, que foram genericamente designados como *capacitação e orientação técnica*[5].

Kramer (1989, p.194) alerta quanto a “treinamentos” feitos por meio de “capacitações”, calcados em modelos pré-concebidos, que se caracterizam pelo “efeito repasse”. Critica esse formato, por meio do qual alguns profissionais são incumbidos de “multiplicar” o que lhes é ensinado nos cursos aos demais profissionais das escolas, uma vez que, segundo ela, estes nem sempre recebem o devido respaldo técnico e metodológico, sendo comum não terem a visão global dos objetivos que se pretende alcançar.

As Oficinas Pedagógicas executaram seu trabalho nesses moldes durante toda a gestão dos Governadores Mario Covas (1995-2001), Geraldo Alckmin (2001-2006) e Claudio Lembo (2006-2007), totalizando doze anos consecutivos. Nas gestões de José Serra (2007-2010) e Alberto Goldman (2010), passaram por mudanças significativas. O ATP foi transformado em Professor Coordenador da Oficina Pedagógica (PCOP)[6] e aquelas, de acordo com as Resoluções SE-91/2007 e 37/2010, passaram a ter uma nova configuração. Sua principal finalidade tornou-se garantir a implementação das propostas curriculares dos ensinos fundamental e médio e a avaliação do desenvolvimento de ações de apoio educacional (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2007; 2010).

Todas essas ações fazem parte de um novo padrão de gestão adotado pelo governo paulista para o seu sistema educacional: a *Gestão da Sala de Aula*.

A descentralização prevista na reforma iniciada no ano de 1995 constituiu-se, a meu ver, em um processo de desconcentração de tarefas, uma vez que as decisões continuaram centralizadas, as críticas, sugestões e apontamentos feitos pelos sindicatos e por órgãos intermediários da administração - como as escolas e diretorias de ensino -, quase sempre foram desconsideradas. Ressalto que tais práticas, não só perduraram desde então, como foram fomentadas pelo atual governo, conforme se vê a seguir.

Política educacional atual do Governo do Estado de São Paulo

A atual política educacional do Estado de São Paulo estrutura-se em quatro eixos: 1º.) definição de currículo padronizado para todas as escolas da sua rede; 2º.) avaliação e definição de metas de qualidade para cada unidade escolar; 3º.) valorização profissional por mérito e 4º.) estabelecimento de nova forma de ingresso para professores (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Esta nova forma de ingresso está prevista na Lei Complementar nº. 1.094/2009, a qual dispõe, no seu artigo 7º, que os concursos públicos para provimento de cargos do Quadro do Magistério devem ser realizados em três etapas sucessivas: a) provas, b) avaliação de títulos e c) a terceira constituída por curso específico de formação. Esse curso é, portanto, parte integrante do Concurso Público para Provimento de Cargos de PEB II, e sua realização ficou a cargo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo, conforme se verá adiante.

Referido curso, denominado "Curso de Formação Específica[7]", foi organizado combinando as modalidades presencial e a distância, com predomínio desta última, e dividido e duas etapas, a saber: Etapa 1 – Comum a todos os cursistas, com carga horária de 160 horas, divididas em 8 módulos, abordando os conhecimentos gerais necessários para a compreensão do funcionamento da rede pública estadual e temas associados à atuação dos professores no contexto escolar, tais como, avaliação e currículo. Etapa 2 – Específica. Desenvolvida em 200 horas de formação, divididas em 10 módulos para cada uma das disciplinas do currículo dos ensinos fundamental e médio e educação especial. Cada cursista teve acesso a conteúdos específicos da disciplina para a qual concorreu e os candidatos que cumpriram a participação mínima exigida fizeram jus a uma bolsa de estudos. No seu término foi realizada uma prova de aptidão que avaliou os professores. Os aprovados foram nomeados e conquistaram o direito de ingressar como professores efetivos na rede estadual de ensino no início neste ano letivo de 2011 (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Conforme visto, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo é responsável pelo "Curso de Formação

Específica” do Concurso Público para Provimento de Cargos de PEB II**.** Foi criada e organizada pelos Decretos n8º. 54.297/2009 e 55.717/2010, respectivamente, e tem por objetivos:

> I - a formação continuada e o desenvolvimento permanente dos integrantes do Quadro do Magistério e dos demais quadros de pessoal da Secretaria;
> II - o desenvolvimento de estudos e meios educacionais voltados ao apoio da educação continuada dos quadros de pessoal da Secretaria (Decreto nº. 55.517/2000, artigo 3º.).

De acordo com sua diretora, Vera Cabral Costa, o “desafio da escola é criar um modelo que ainda não existe em muitos lugares, ou seja, de uma formação que una teoria e prática” porque, segundo ela, “nós temos dificuldade na formação do professor para atuar em sala de aula”, e justifica sua criação ao dizer que ele deverá dar "subsídios para que o profissional entre na escola com habilidades mais específicas do magistério”.

Afirma ainda que

> o ideal [...] do nosso ponto de vista, é que a universidade formasse o professor pronto para atuar na rede. Isso não acontece. Por isso vamos oferecer essa formação complementar para dar condições para que ele tenha mais habilidades e ferramentas na transmissão dos conhecimentos (Jornal O Estado de São Paulo, 2010).

A *Escola de Formação* foi criada e organizada para centralizar todas as ações de formação e capacitar os professores ingressantes para trabalharem com os currículos oficiais definidos pela Secretaria de Educação desde o ano de 2007 para a totalidade das escolas da sua rede de ensino que compreendendo mais de cinco mil unidades.

Paulo Renato Souza, secretário da educação à época da implementação dessas políticas, justificou sua criação devido ao que chamou de “despreparo” dos professores atribuindo-o às universidades, por entender que

> elas pretendem formar professores, mas passam ao largo da prática da sala de aula. No lugar de ensinarem didática, as faculdades de pedagogia optam por se dedicar a questões mais teóricas. Acabam se perdendo em debates sobre o sistema capitalista cujo ideário predominante não passa de um marxismo de segunda ou terceira categoria [...] É uma situação difícil de mudar. A resistência vem de universidades como USP e Unicamp, as maiores do país (Revista Veja, 2009).

Segundo ele, esse tipo de formação reflete-se na prática profissional, já que

> muitos professores propagam em sala de aula uma visão pouco objetiva e ideológica do mundo. Alguns não dominam sequer o básico das matérias e outros, ainda que saibam o necessário, ignoram as técnicas para passar o conhecimento adiante. Vê-se nas escolas, inclusive, certa apologia da ausência de métodos de ensino. Uma idéia bastante difundida no Brasil é que o professor deve ter liberdade total para construir o conhecimento junto com seus alunos. É improdutivo e irracional. Qualquer ciência pressupõe um método. No ensino superior, há também inúmeras mostras de como a ideologia pode sobrepor-se à razão (Revista Veja, 2009).

Como visto, para solucionar os problemas apontados, o Secretário da Educação defende a criação de "cursos de aprimoramento oferecidos depois da formação universitária", uma vez que, "os cursos de formação dos educadores não dão embasamento para os educadores atuarem em sala de aula [...] não dão um instrumental adequado para o trabalho em sala de aula" (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

De acordo com os documentos oficiais, o "Curso de Formação Específica do Concurso Público para Provimento de Cargos de PEB II" tem como propósito "apresentar aos docentes que ingressarão na rede estadual, a partir de 2011, o currículo adotado pelo Estado, as formas de trabalho e a realidade das escolas estaduais". Este currículo faz parte de um programa de governo denominado *São Paulo faz Escola*[8] (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Referido *Curso* iniciou-se no mês de agosto de 2010 e foi concluído em dezembro do mesmo ano. Dele participaram 10.083 professores. Esta quantidade gigantesca de docentes é constituída por profissionais com experiências bastante diversas. Enquanto muitos são recém-formados, uma grande parcela já atuou na docência, inclusive na própria rede de ensino como professores temporários. Há também muitos candidatos que já são professores efetivos dessa rede de ensino, e que nela ocupam dois cargos, razão pela qual estão impedidos de ter mais um, mas que participam de concursos como esse para conseguirem o certificado de aprovação que lhes confere pontos para a promoção em suas carreiras.

Cursos de formação continuada: algumas reflexões

Há alguns anos verifica-se a ocorrência cada vez maior da oferta de cursos de formação contínua aos professores, realizados por instituições públicas e privadas, com tempo de duração e formatos variados.

Essa ênfase sobre a formação docente é, segundo Souza e Sarti (2009, p. 3) justificada por "discursos que ressaltam a *centralidade que os professores* assumem nas sociedades atuais" e pelos que "relacionam a (baixa) qualidade dos sistemas públicos de ensino à (baixa) qualidade na formação docente". Nesse mesmo sentido, destacam estudo feito por Perosa (1996), no qual aponta haver na literatura educacional "a presença e a consolidação de uma linha de argumentação que tem destacado a baixa qualidade da formação oferecida aos professores em associação à baixa qualidade da educação escolar oferecida" (SOUZA e SARTI, 2009, p. 3). Esses discursos (REPETIÇÃO), segundo essas autoras, fundamentam-se

> fortemente na idéia da *incompetência do professor*. Ela estaria na origem dos problemas crônicos da escola, na origem do seu fracasso. Daí a necessidade de se investir fortemente e – por que não dizer quase exclusivamente - em programas e em políticas educacionais com vistas a melhorar a capacidade e competência do quadro docente em todo o país. Afinal, a idéia de que uma boa escola se faz basicamente com bons professores faz parte do ideário educacional (SOUZA e SARTI, 2009, p. 3, grifo nosso).

Esse mesmo discurso foi objeto de pesquisa feito por Souza (2001) em que analisou os principais programas educacionais executados pela secretaria estadual de educação do Estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990. Ela identificou a presença de um argumento que é utilizado para "para sustentar a crescente importância atribuída à formação continuada de professores no interior de um projeto de melhoria da qualidade da escola". Denominou-o de "*argumento da incompetência"* por conter no seu cerne a afirmação de que "a principal causa para a baixa qualidade do sistema educacional é, justamente, a incompetência dos professores" o que significa dizer que, seguindo essa linha de raciocínio, a "única ou a principal ação a ser perseguida para melhorar a qualidade do sistema educacional" é melhorar a competência dos professores.

Nessa mesma investigação a aludida autora constatou que, associado ao *argumento da incompetência*, aparece uma *prática* que "envolve a oferta de cursos de formação continuada a professores das redes públicas de

ensino, idealizada como uma estratégia para lidar com a sua baixa qualidade" (SOUZA e SARTI, 2009, p. 4).

Dando continuidade a seus estudos, Souza desenvolveu um trabalho juntamente com Sarti, no qual aventam a hipótese de que o "argumento da incompetência docente atua como *dispositivo* na produção e na consolidação" de um "mercado formativo voltado aos professores" que envolve programas especiais de formação continuada e em serviço e materiais didáticos, tais como livros, revistas, materiais de apoio à prática docente, programas televisivos, entre outros produtos (SOUZA e SARTI, 2009, p. 4).

Conforme visto, as justificativas utilizadas por Paulo Renato Souza e Vera Cabral Costa, tanto para a criação da *Escola de Formação* quanto para a realização do Curso de Formação Específica para os professores ingressantes, vêm corroborar os resultados dos estudos aqui citados por estarem calcados no *argumento da incompetência.*

De acordo com o que procurei demonstrar, está se completando um ciclo que se estende por dezesseis anos e que começou com a *Gestão do Sistema*, passou para a *Gestão Escolar* e culmina na *Gestão da Sala de Aula*, ora em execução. Tal modelo mostra que esse novo padrão gerencial aplicado às escolas é parte de um projeto educacional global e de uma agenda de reformas articulados à reforma do Estado brasileiro.

Destaco, de maneira particular, a centralidade atribuída ao professor nesses processos e o "argumento da incompetência" utilizado como estratégia para justificar a baixa qualidade do ensino.

Referências bibliográficas

ARROYO, M. G. Reinventar e formar o profissional da educação básica. **Formação do Educador**, v. 1, São Paulo, ed. UNESP, 2003.

AZANHA, J. M. P. Comentários sobre a Formação de professores em São Paulo. In: **Formação de Professores.** São Paulo: UNESP, 1994.

FRIGOTTO, G. O Enfoque da dialética materialista histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, I (Org.). **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GALINDO, C. J.; INFORSATO**,** E. do C. Formação continuada errática e necessidades de formação docente: resultados de um levantamento de dados em municípios paulistas. In: **29ª. Reunião Anual da Anped**. Caxambu, 2007.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GENTILI, P. O Consenso de Washington e a crise da educação na América Latina. In: **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HERNECK, H. R. **Formação Continuada de professores: níveis de compreensão de uma política pública. (**Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos: 2007.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Haddad e Paulo Renato debatem nova formação de docente.** São Paulo: 2009. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-e-paulo-renato-debatem-nova-formacao-de-docente,384668,0.htm. Acesso em 15 ago 2010

KRAMER, S. Linguagem e história: o papel das narrativas e da escrita na constituição de sujeitos sociais. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MANZANO, C. S. Formação de professores na revista brasileira de educação (1995 – 2005): uma breve análise. In: **31ª. Reunião Anual da Anped**. Caxambu: 2008

MAUÉS**,** O. C. O trabalho docente no contexto das reformas. In: **31ª. Reunião Anual da Anped**. Caxambu: 2005.

MAZZEU, L. T. B. A política de formação docente no Brasil: fundamentos teóricos e epistemológicos. In: **30ª. Reunião Anual da Anped**. Caxambu: 2009.

NÓVOA, A. (Org). **Profissão professor***.* Porto: Porto Ed., 1991

_____. A formação de professores e a profissão docente. In: NÓVOA A. (Coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____.Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 25, nº. 1, p. 11-20, jan/jun 1999.

O'REILLY, M. C. R. DE B.; MURANAKA, M. A. S. O contexto das políticas de formação de professores implantadas no Brasil a partir da década de 1990. In: **VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste,** Vitória: 2007.

PEROSA, G. **Formação docente e fracasso escolar**: um estudo sobre a oferta de cursos de capacitação (1983-1994). (Mestrado em Educação, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo), São Paulo: 1997.

SÃO PAULO. (Estado**).** Lei Complementar nº. 1.094, de 16 de julho de 2008. **Institui a Jornada integral de Trabalho Docente e a Jornada Reduzida de Trabalho Docente para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, cria cargos de docente que especifica e dá outras providências correlatas.** São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2008.

_____ (Estado). Decreto nº. 54.297, de 5 de maio de 2009. **Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo e dá outras providências.** Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2009.

_____ (Estado). Decreto nº. 55.717, de 19 de abril de 2010. **Organiza aEscola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.** Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2009.

_____. **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**. Governo lança Programa de Especialização a educadores da rede estadual. Disponível em:<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias_2010/2010_29_03_a.asp.>
Acesso em: 15 ago 2010.

_____.S**ecretaria da Educação do Estado de São Paulo**. Paulo Renato participa de debate sob re formação de professor. Disponível em:< http://www.educacao.sp.gov.br/noticias_2009/2009_09_06.asp.>. Acesso em: 14 jul. 2010.

_____. **SP lança escola de formação para professores.** São Paulo: 2009. Disponível em**:** http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sp-lanca-escola-de-formacao-para-professores,387465,0.htm.> Acesso em 20 jul 2010.

_____. **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**. Rede do Saber**.** <disponível em: http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Quemsomos/tabid/176/language/pt-BR/Default.aspx>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____. **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**. São Paulo Escola de Formação de Professores. Disponível em: <http://escoladeformacao.educacao.sp.gov.br/> Acesso em: 9 ago. 2010.

_____. **Secretaria de Estado da Educação.** Departamento de Recursos Humanos**.** São Paulo: DOE, 2 ago 2010.

SOUZA, D. T. de. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n. 3, set/dez. São Paulo, 2006.

SOUZA, D. T. R de.; SARTI, F. M. Mercado de formação docente: origens, dispositivos e consumidores. In: **IX Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste,** São Carlos, 2009.

WEINBERG, M. Contra o Corporativismo. **Revista Veja.** v. 2136**,** São Paulo**:** 2009.

1 - O Projeto Educacional Escola-Padrão foi implantado em 1992 na Gestão de Luiz Antonio Fleury Filho

2 - O Circuito Gestão e o Progestão foram programas implementados pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e destinados aos gestores da sua rede de ensino. O primeiro foi desenvolvido no período de 2000 a 2002 e o segundo de 2005 a 2008.

3 – O Decreto nº. 54.297, de 5 de maio de 2009 cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo e dá outras providências;

Decreto nº. 55.717 de 19 de abril de 2010 - Organiza a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
4 - Assistente Técnico Pedagógico (ATP) é a designação que recebe o professor que trabalha nas Diretorias de Ensino do Estado de São Paulo como agente formador nos processos de formação continuada.
5 - Capacitação e orientação técnica são denominações utilizadas pela CENP e pela FDE, para designar as ações relativas a processos de atualização e formação continuada de educadores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, desenvolvidas principalmente, por meio de cursos, oficinas participativas, palestras e vídeo-conferências, tanto por aqueles órgãos centrais, quanto pelas instâncias descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação.
6 – A Resolução SE - 91, de 19-12-2007 dispõe sobre as Oficinas Pedagógicas no âmbito da Secretaria da Educação e Resolução SE nº 37, de 13-4-2010. Dispõe sobre as ações de acompanhamento realizadas pelos Professores Coordenadores das Oficinas Pedagógicas - PCOPs, nas unidades escolares, e dá providências correlatas.
7 - O Curso de Formação Específica é parte integrante do Concurso Público para Provimento de Cargos de PEB II, sendo sua terceira e última etapa. Está previsto conforme o disposto no artigo 7º. da Lei Complementar nº. 1.094, de 16 de julho de 2009 que institui a Jornada integral de Trabalho Docente e a Jornada Reduzida de Trabalho Docente para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, cria cargos de docente que especifica e dá outras providências correlatas.
8 - O *Programa São Paulo faz Escola* foi lançado no ano de 2007, na gestão do governador José Serra, tendo Maria Helena Guimarães de Castro à frente da pasta da Secretaria da Educação.